

BRASIL ATUAL: PERSPECTIVAS E POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Marco Antonio Henrique¹, Rogéria de Arantes Gomes Eller², Monica Franchi
Carniello³, Fabio Ricci⁴**

^{1,2,3,4} Universidade de Taubaté/ Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro, Taubaté – SP. professorfabioricci@gmail.com

Resumo- O crescimento econômico difere do desenvolvimento econômico pois o primeiro trata do crescimento do PIB e o segundo analisa a melhoria nos aspectos de vida da população. O Objetivo do trabalho é avaliar o impacto das políticas tributárias no desenvolvimento local e regional, utilizando o método exploratório. O Brasil, apesar de ter melhorado em alguns aspectos, ainda apresenta uma situação de: altas taxas de juros; baixo crescimento econômico; grande concentração de renda e desigualdade social. Além disso, o país ainda carece de maior facilidade ao financiamento, principalmente no que diz respeito às pequenas e médias empresas e maior investimento em infra-estrutura, fatores necessários a alavancagem do sistema produtivo. As políticas econômicas sérias e realistas, por parte dos municípios podem agir como um incentivo ao desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Políticas públicas, crescimento econômico, desenvolvimento econômico, perspectivas

Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas - Economia

Introdução

O crescimento econômico é o primeiro passo para o desenvolvimento. O governo, independente do âmbito, pode instituir políticas que levem ou favoreçam o desenvolvimento regional. A Constituição de 1988 ao permitir que os municípios legislassem sobre os impostos municipais deu a eles uma poderosa ferramenta de alavancagem de atratividade de empresas e fatores que geram o crescimento econômico.

O sistema tributário, meio pelo qual o governo financia os gastos públicos e possibilita à oferta de bens e serviços a sociedade, age como um empecilho ao sistema produtivo, uma vez que onera o sistema e desta forma este perde competitividade. Nesse aspecto, é de vital importância, políticas públicas de planejamento do crescimento e desenvolvimento econômico ou ainda uma melhor distribuição dos recursos captados pelo governo e investimentos em áreas vitais para a economia do país.

Com o planejamento do crescimento, tem-se o desenvolvimento econômico, fator que não mais trata do aumento da riqueza, mas dos benefícios trazidos por ele, ou seja, melhorias na vida das pessoas.

Materiais e métodos

Este artigo foi elaborado a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros e materiais em formato digital, como revista científica e legislação, sendo por isso uma pesquisa bibliográfica e documental com relação ao seu delineamento. Com a pesquisa bibliográfica, foram fundamentados conceitos e criados novos paradigmas relacionados com o assunto estudado. Além disso, com a ajuda de livros e documentos relacionados com o trabalho e expostos nas “referências”, foi possível obter informações relevantes ao trabalho.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, já que busca explorar, tornar explícito o impacto das políticas tributárias no desenvolvimento regional, um breve relato da situação do país hoje e os possíveis problemas e soluções para o desenvolvimento regional.

Resultados

1 Brasil: economia, perspectivas e sistema tributário

No Brasil, a democracia é algo relativamente novo considerando que o país já passou por ditaduras e sistemas militares de governo. Além disso, a sociedade brasileira é composta por

peças de todos os níveis sociais e um dos aspectos relevantes é a extrema desigualdade social existente. Por isso, torna-se necessária a implantação de políticas públicas visando a diminuição das desigualdades sociais e como estímulo ao desenvolvimento.

De acordo com isso, o governo pode aplicar as seguintes políticas públicas:

- Políticas Públicas Redistributivas: Sua função é a de garantir a distribuição de renda na forma de recursos entre os diversos níveis de governo de forma a garantir a igualdade de condições entre as pessoas do local. Como exemplo de políticas públicas redistributivas, temos a cobrança de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, de maneira diferenciada entre os ricos e os mais pobres.
- Políticas Distributivas: Esta política atende a necessidade de grupos específicos e tem como objetivo a distribuição de equipamentos e de serviços públicos setoriais. Isso atinge principalmente pequenos grupos setoriais através de serviços como pavimentação e iluminação de ruas e a oferta de equipamentos para deficientes físicos.
- Políticas Regulatórias: tem por objetivo regular determinado setor. Essa política é usada para normatizar as políticas redistributivas e distributivas. Como exemplo dessa política, temos o Plano Diretor dos municípios. Geralmente as pessoas notam o efeito dessa política quando são prejudicadas. (NORONHA, 2006).

Os incentivos oferecidos através da aplicação dessas políticas são necessários e indispensáveis para o crescimento e desenvolvimento regional, em especial em países subdesenvolvidos que contam com diversos fatores que podem ser vistos como uma barreira ao crescimento de uma região. Um aspecto interessante é que o Brasil, apesar de ter um sistema tributário que onera o setor produtivo devido às altas taxas de impostos cobradas, ainda é carente de investimentos em infra-estrutura. Com o sistema de logística comprometida devido às péssimas condições das estradas, portos deficitários, e outros problemas inerentes, o escoamento da produção fica comprometido e com isso desperdiça-se tempo e

recursos que poderiam ser reinvestidos na produção e na modernização do sistema (AFONSO; BIASOTO JR, 2007).

A necessidade de acúmulo de riquezas é algo inerente à própria história da humanidade, e essa é uma das causas do surgimento da economia. O homem, na sociedade em que vive necessita de recursos para que, através desses possa adquirir bens que satisfaçam suas necessidades de consumo. Entretanto os recursos econômicos são escassos e esse é o maior desafio da ciência econômica, garantir uma distribuição justa e igualitária dos recursos escassos à população com seus desejos e ansiedades ilimitadas (FONSECA, 2006).

Por outro lado, do ponto de vista dos governantes, um desafio é garantir um crescimento econômico sustentável que leve ao desenvolvimento. De acordo com Mamede (2008), o crescimento econômico evidencia a capacidade de acúmulo de riquezas em um dado período e em um dado lugar, geralmente representado por meio do produto interno bruto – PIB. O crescimento econômico acontece quando o país acumula riquezas, e isso é evidenciado através do Produto Interno Bruto.

Entretanto, crescimento não significa desenvolvimento econômico. Crescimento econômico é o desenvolvimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo, ou seja, no ambiente macroeconômico, um país pode apresentar crescimento econômico através da aplicação de incentivos que levem ao aumento da renda per capita, como por exemplo, incentivos para a instalação de empresas em um determinado lugar, o que conseqüentemente levará ao crescimento econômico. Por outro lado, desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, pois inclui as alterações de composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia. Além disso o conceito de crescimento econômico diz respeito à melhoria dos indicadores econômicos e sociais de determinado país, como diminuição da pobreza, desemprego, desigualdade social, melhorias nas condições de saúde da população, nutrição, erradicação do analfabetismo e melhoria do sistema educacional e acesso à melhores níveis de educação além da melhoria da condição de moradia (VASCONCELLOS, 2002).

Crescimento e desenvolvimento econômico consistem no acúmulo de riquezas ou de capital por um determinado local, seguido pela conseqüente melhoria dos padrões de vida de sua população. Nesse aspecto, o desenvolvimento é acompanhado de investimento, tanto por parte do setor público quanto do setor privado, e isso tem sido bastante evidente em países que apresentaram altos índices de crescimento

econômico. No entanto, para que haja investimento é necessário que haja economia de recursos, e esses recursos é que serão usados no financiamento desses investimentos. Torna-se necessária uma redução no consumo, tanto no setor privado quanto no setor público em relação ao PIB (FONSECA, 2006).

No processo de desenvolvimento econômico, a globalização tornou acessível os meios de comunicação, fator responsável por melhores níveis e facilidades principalmente na educação além de ter causado uma revolução nos meios de comunicação em massa. Entretanto, a globalização não resolveu os problemas sociais e econômicos do mundo contemporâneo. Percebe-se que as diferenças entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento estão cada vez mais acentuadas, fator responsável principalmente pelo crescimento da pobreza e exclusão social. Nesse aspecto, torna-se crucial a realização de políticas públicas que levem ao crescimento acompanhado do desenvolvimento econômico (SENHORAS, 2007).

Uma vez alcançado o acúmulo de capital, ou o crescimento econômico, surge a necessidade de fazer com que o valor desse acúmulo seja repartido entre a população a fim de promover o desenvolvimento. O governo pode alcançar esses objetivos através de políticas desenvolvimentistas. As políticas voltadas ao desenvolvimento dos municípios a *priori* concentravam-se especialmente no desenvolvimento econômico do território, políticas orientadas especialmente para a geração de empregos. Atualmente, a área de atuação dessas iniciativas de desenvolvimento regional foi ampliada e passaram a atuar não mais no campo puramente econômico, mas passaram a priorizar o desenvolvimento humano e social. Tal inovação nas políticas públicas de desenvolvimento tem por objetivo favorecer a inclusão social e diminuir as distorções provocadas pelo sistema de concentração de renda (SENHORAS, 2007).

O Brasil é conhecido por aplicar políticas de incentivos fiscais com o intuito de promover o desenvolvimento das regiões que o governo considera estratégica. A Região do Vale do Paraíba, em especial nas cidades de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava, Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Taubaté receberam incentivos durante o século XX para a instalação de empresas, em especial aquelas ligadas às concessionárias de serviços públicos. Os benefícios oferecidos pelo governo incluíam: cessão de terreno, isenção de impostos municipais por 25 anos e fornecimento gratuito de água para os empresários que montassem no município fabricas. Esse investimento necessário para que as empresas gozassem do benefício era

atrelado a um valor mínimo e ao compromisso de gerar determinado número de empregos na região. Após 1950, com os incentivos federais trazidos pelo Plano de Metas, houve incentivos para a industrialização de áreas não metropolitanas. Nesse período a região do Vale do Paraíba teve um crescimento exponencial de suas indústrias, que aproveitavam do incentivo oferecido para se instalar na região. Houve então um crescimento econômico na região, em especial São José dos Campos e Taubaté, o que fez crescer além das indústrias, o setor de serviços que acompanha o crescimento industrial (RICCI, 2007).

Políticas sérias precisam ser feitas para que o setor produtivo não se deteriore. É necessário um sistema mais eficiente de acesso ao crédito tendo como finalidade uma modernização do setor produtivo e maior investimento em tecnologia. O fator tecnológico está diretamente ligado a competitividade e a dinâmica econômica do país, já que ao deixar de investir na tecnologia uma empresa gasta mais recursos para produzir a mesma quantidade de produtos e serviços que seria produzido com menos recursos e menos tempo se utilizasse uma tecnologia moderna (ALBUQUERQUE, 1998).

Políticas sérias de planejamento não devem fazer parte apenas do setor privado, mas também no setor público. No que diz respeito às contas do governo, nos últimos anos, o Brasil apresentou um aumento significativo nas despesas correntes enquanto que as despesas de capital mantiveram-se estagnadas. Grande parte das despesas de capital representa investimentos, sobretudo em obras que favorecerão o país a médio e longo prazo: energia, infra-estrutura entre outras. Esses investimentos são necessários, uma vez que o Brasil tem apresentado um avanço econômico nos últimos anos e problemas como a falta de energia é algo que se não for feito nada agora será inevitável. Entretanto para que sejam possíveis recursos para esses investimentos, é necessário um “choque” fiscal, ou um corte nas despesas correntes, uma vez que os recursos são escassos e as necessidades do país são ilimitadas. Torna-se necessário um planejamento nas contas públicas tendo como fim a garantia de recursos (AFONSO; BIASOTO JR, 2007).

A descentralização do sistema de arrecadação, tem se mostrado ineficiente em seu aspecto de intervenção dos governos estaduais no planejamento dos municípios, uma vez que com a autonomia constitucional, cada um possui seu próprio orçamento e aplica como acha mais conveniente. Isso nem sempre acontece de maneira equilibrada e tendo como finalidade o bem comum (PRADO, 2007).

O planejamento econômico no processo de desenvolvimento é algo necessário por parte dos governantes, tendo como finalidade promover e alavancar o desenvolvimento, pois se torna necessária a coordenação das atividades tendo em vista um crescimento sustentável. Entretanto, isso é algo bastante polêmico, tendo em vista a opinião de muitos estudiosos do assunto e economistas que defendem a liberalidade econômica ou o livre mercado, deixando as flutuações da economia à própria sorte. Segundo Fonseca (2006, p.25) “esse debate não diz respeito propriamente ao planejamento, mas ao papel do Estado no processo de desenvolvimento”.

Nesse aspecto, para que haja um crescimento acompanhado de desenvolvimento econômico regional, torna-se necessário a atração de novos investimentos para o local, o que facilitará o acúmulo de capital e assim a renda e o Produto Interno Bruto. Esse processo, que provoca uma expansão econômica, deve ser seguido de incentivos governamentais, como redução tributária, o que tornará o município propício à instalação de empresas, por não onerar de maneira intensa o sistema de arrecadação através de altas taxas de impostos. Também o que favorece crescimento e o desenvolvimento regional são melhorias na infra-estrutura, nas estradas, por exemplo, o que facilitará o escoamento da produção e também incentivos que aumentam o grau de competitividade e oferecem segurança para outros investidores (LAVOR, p.29).

O sistema tributário apresenta um efeito importante no resultado financeiro das empresas e na condução do negócio em geral. Os altos tributos reduzem a eficiência competitiva das empresas, reduzem drasticamente o poder aquisitivo das famílias e são prejudiciais ao desenvolvimento. Por outro lado quando cobrados em níveis baixos, geram déficits orçamentário, o que tem por consequência o processo inflacionário. No entanto quando usado de maneira ideal, a tributação pode promover a eficiência e a produtividade, fatores que levam ao desenvolvimento regional (FONSECA, 2006).

Dessa maneira, as políticas tributárias locais têm uma contribuição crucial no desenvolvimento econômico regional, pois através delas o governo poderá favorecer o desenvolvimento de uma região. Atraindo empresas para o município haverá aumento do emprego, o que consequentemente levará ao aumento da renda *per capita* e consequentemente se o aspecto distributivo for eficiente levará a melhoria do padrão de vida das pessoas.

Discussão

A questão tributária tem sido cada vez mais discutida e debatida nos meios de comunicação. Entretanto uma pergunta sempre vem a tona: Porque não se realiza a tão esperada Reforma Tributária? Essa questão pode ser respondida na medida em que se conhece o tamanho do gasto público e a quantia necessária para fazer a máquina administrativa funcionar. Uma reforma tributária drástica que levasse a diminuição da carga tributária, teria como consequência:

- a) Uma alavancagem no processo produtivo, já que com a diminuição dos impostos mais empresários estariam dispostos a investir no país e gerar novos empregos.
- b) Um provável déficit nas contas do governo, uma que os gastos são altos e necessitam de recursos financeiros para financiar esses gastos.

Considerando que a arrecadação é alta, o valor arrecadado poderia ser mais bem investido no bem comum, fatores que levassem ao desenvolvimento econômico e à efetiva melhoria na qualidade de vida das pessoas e na situação econômica do país.

O Brasil de hoje em seu aspecto econômico, é carente de infra-estrutura: transportes, melhorias nos portos e no sistema ferroviário, além de maior acesso ao crédito por parte dos empresários, maior agilidade no sistema burocrático entre tantos mais (AFONSO; BIASOTO JR, 2007).

Em seu aspecto de desenvolvimento, o Brasil é carente em: saúde, segurança e, sobretudo no sistema educacional, este em especial à educação de base. E nesse aspecto, cada indivíduo deve pesar todos os fatores na avaliação dos programas de governo.

Conclusão

As políticas públicas agem como um fator que pode mudar ou pelo menos melhorar o sistema econômico.

Os municípios usam o sistema tributário como um fator que possibilita o crescimento econômico local através da atratividade de empresas. Ao atrair empresas, com elas vem o emprego, renda, maior arrecadação de impostos e consequentemente leva as pessoas a buscarem qualificação, já que neste caso aumenta a demanda por cursos e mão-de-obra qualificada.

Entretanto, o aumento do emprego em determinada região, pode fazer com que aumente a migração de pessoas de outra cidade para o local, fator que trás como consequência o crescimento desordenado, falta de moradias e o aumento da violência. Por este motivo, o crescimento econômico deve ser planejado e

acompanhado por políticas públicas que orientem o sistema a fim de que este crescimento econômico promova o desenvolvimento.

Alem desses aspectos citados, muito mais precisa ser feito para que se alcance o crescimento acompanhado do desenvolvimento econômico. A sustentabilidade se apresenta como algo que precisa ser levado em consideração tanto por parte do setor público quanto no privado. A questão ambiental deve fazer parte do planejamento do desenvolvimento. Deve ser visto não como algo que atrapalha ou mesmo dificulta o setor produtivo, mas algo que é necessário, que pode caminhar junto com o crescimento econômico, além disso, é urgente, não dá para esperar, algo precisa ser feito hoje para que se garanta um mundo melhor às futuras gerações.

Cabe a cada um fazer sua parte e escolher seus governantes de acordo com políticas sérias e realistas sobre o país. Pesar as conseqüências de determinados programas e políticas de governo. Observar a situação atual do país, suas carências e necessidades, tanto em seu aspecto econômico, social ou ambiental.

Referências

AFONSO, José Roberto Rodrigues. BIASOTO JR, Geraldo. Investimento Público no Brasil: Diagnósticos e Proposições. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 14, N. 27, P. 71-122, JUN. 2007. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Revista_do_BNDES/ Acesso em 11 de jan. 2010.

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do processo técnico**: uma resposta as exigências do ajuste estrutural. Traduzido por: Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998, 151p

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

LAVOR, Edméia Medeiros. **São José dos Campos**: O Desenvolvimento Industrial, seus efeitos sobre os Setores Econômicos Urbanos e a Concentração Regional. 2007.137f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007

MAMEDE, Jefferson Alessandro Galdino. **Análise do desenvolvimento do cone leste paulista desde a criação da Codivap**: impactos observados e necessidades futuras. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Gestão e

Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2008.

NORONHA, Andrius Estevam. Conceitos básicos em políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 2, n. 2, p. 74-86, mai-ago/2006. Disponível em WWW.rbgdr.com.br. Acesso em 15 de fev. 2010.

PRADO, Sergio. A questão fiscal na federação brasileira: diagnóstico e alternativas. **CEPAL-Comissão econômica para a América Latina e Caribe**. Brasil. VC/BRS/R.179. Disponível em: www.cepal.org. Acesso em 15 de fev. de 2010.

RICCI, Fábio. Um século de benefícios fiscais: Políticas públicas de atração de investimentos e desenvolvimento dependente do Vale no Paraíba paulista. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 4, p. 140-149, Nov /2007. Disponível em WWW.rbgdr.com.br. Acesso em 05 de jan. 2010.

SENHORAS, Elói Martins. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local – as boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 2, p. 3-26, mai-ago/2007. Disponível em WWW.rbgdr.com.br. Acesso em 10 de fev. 2010.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia**: micro e macro – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.